

Acrítica  
25/10/96 A8  
85

# Políticos do Norte aprovam divisão da Região Amazônica

Pelo menos quatro propostas de criação de territórios federais no Amazonas estão no Congresso

**Os territórios federais dariam mobilidade aos militares para combater os narcotraficantes**

Isabela Abdala  
Agência Estado

BRASÍLIA — A criação de novos territórios na Amazônia tem a simpatia de parlamentares do Norte, que acreditam ser esta a melhor maneira de obrigar o governo Federal a se tornar presente na região. Além de aumentar o número de cadeiras no Senado e na Câmara, a redivisão territorial da Amazônia implicaria em maiores investimentos da União, que historicamente sempre bancou, durante algum tempo, a saúde, educação, segurança e o funcionamento público dos ex-territórios.

Não são poucos os projetos apresentados na Câmara dos Deputados para criação de novos estados ou territórios. Há estudos da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da presidência da República, sobre a viabilidade dos territórios do Alto Rio Negro e Solimões, no atual estado do Amazonas. O deputado Carlinhos da Cabrás (PPB-AM) quer a criação do território de Parintins e o deputado Pauderney Avelino (PPB-AM) apresentou projeto que prevê a formação do território do Juruá, no Sudoeste do Estado.

No Pará, o deputado Hilário Coimbra (PTB-PA) reivindica a criação de território do Tapajós, no Oeste do Estado, e o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) é autor do projeto que cria o Estado de Carajás. Já no Amapá, o deputado Antônio Feijão (PSDB-AP) sugere um território na ilha de Marajó.

Para cada projeto há bons argumentos e estudos de viabilidade econômica. Mas o principal é que



A pobreza nas cidades tem como causa a migração do campo para as áreas desenvolvidas

os parlamentares reivindicam com esses projetos maiores investimentos. A bancada amazônica reclama que as obras mais importantes da região não foram atendidas na execução orçamentária deste ano. Dos sete estados que recebem menos recursos da União, quatro estão dentro da Amazônia Legal: Amapá, Acre, Mato Grosso e Tocantins. "O governo está desregulamentando o Estado das funções econômicas, só que ainda não cumpriu seu dever na Amazônia. Lá, 78% dos municípios não têm energia e 4,5 milhões de caboclos vivem em condições iguais as que viviam no ciclo da borracha", disse o depu-

tado Antônio Feijão. "É muito difícil para os estados amazônicos atenderem a demanda de todos os municípios e sem a presença do governo não temos sequer como combater o narcotráfico nas regiões de fronteira", disse o deputado Pauderney Avelino, vice-líder do governo.

Com a falta de recursos para o desenvolvimento do interior dos estados da Amazônia, está ocorrendo um fenômeno de migração para as capitais. A capital do Amapá, Macapá, possui 58% da população do estado, enquanto Boa Vista abriga 70% dos habitantes de Roraima e Manaus 52% da população do Amazonas. Segundo deputados

da região, a criação de novos territórios teria a simpatia dos militares, por uma questão de segurança nas fronteiras.

"Roraima, Acre e Rondônia, que já foram cidades, depois transformadas em territórios, tiveram um pique de desenvolvimento imenso depois que viraram estados", afirma o deputado Carlinhos da Cabrás, prefeito eleito de Parintins. Por estar na condição de ex-território, o estado do Amapá tem R\$ 367 milhões no orçamento da União de 96. Enquanto isso, os 16 municípios do estado recebem juntos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) R\$ 44 milhões.

## Projeto é de interesse militar

Na área militar, a divisão territorial da Amazônia já foi defendida pelo ex-ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves e pelo diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas, general da reserva do Exército Geraldo Cavagnari. "A estrutura governamental atrai o desenvolvimento, mesmo que demore um pouco, porque traz organização, dinheiro e poder", disse Leônidas Pires.

Um dos principais incentivadores do Projeto Calha Norte - ocupação militar da fronteira norte do País - , o general Leônidas disse que só os territórios favorecerão o povoamento da região.

Outro defensor é o governador de Roraima, Neudo Ribeiro Campos (PPB): "A redivisão é necessária". E justifica: "Se Roraima tivesse continuado como município amazonense, seríamos hoje apenas um Parintins", completou.

Já o diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coronel da reserva do Exército Geraldo Cavagnari, disse que a proposta é boa. "Quanto mais gente tivermos, realizando atividades econômicas, automaticamente teremos mais segurança", afirmou.

O ex-secretário de Assuntos Estratégicos do governo Itamar Franco, almirante-de-esquadra da reserva Mário César Flores, lançou uma preocupação. "O meu receio é que sirva na verdade para se criar mais 'x' deputados, e por aí vai", afirmou.